



PERCEPÇÃO DE EGRESSOS E DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS DA UFRN ACERCA DO CONHECIMENTO DA FERRAMENTA SPED

Área Temática: Ética e Educação Atuarial e Contábil - EEAC;

DOI: <https://doi.org/10.29327/1680956.11-66>

Denis Silva Soares

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Soaresdenis08@gmail.com

Antonio Martins do Nascimento Neto

Universidade Federal da Paraíba

netto.13@gmail.com

Alexandre Alves de Souza

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

alexandre.eccam@gmail.com

Luziana Maria Nunes de Queiroz

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

luziana65@hotmail.com

Socrátes Dantas Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Socrates_lopes@ufrn.br

Resumo

O SPED representa a modernização do cumprimento das obrigações acessórias tornando informatizada a relação ente o fisco e os contribuintes, na qual, é possível que seja transmitido em tempo real, dados com garantia de autenticidade e validade jurídica. Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral analisar o grau de conhecimento dos egressos e discentes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) campus Caicó sobre a ferramenta SPED. Para alcançar os resultados, utilizou-se uma pesquisa quantitativa, cuja coleta de dados ocorreu a partir de questionários objetivos e de escala *likert*. Dessa forma, a amostra foi composta por 53 respondentes, sendo 35 discentes e 18 recém graduados. Dentre os resultados, verificou-se que embora uma parte considerável da amostra possua experiência prática na área, poucos dominam a ferramenta SPED e seus respectivos módulos, inclusive, em contextos profissionais, a maioria destaca não se sentir preparado para utilizar os módulos, corroborando com estudos anteriores. Percebe-se que de todos os módulos, aqueles atrelados às Notas Fiscais apresentam o menor grau de desconhecimento e maior grau de preparo, enquanto as obrigações associadas ao ECD, ECF, EFD ICMS-IPI e e-Social foram os módulos com menor grau de confiança. Adicionalmente, percebeu-se que egressos possuem um nível de conhecimento sobre o SPED superior ao discentes.

Palavras-chave: SPED. Módulos do SPED. Educação contábil. Educação Fiscal.

1 INTRODUÇÃO

Parte do desenvolvimento social e econômico do Brasil está assegurado pelas companhias empresariais aqui instaladas, isso porque, além de aumentarem o valor adicionado para os acionistas e governo, geram lucro, possibilitam a criação de empregos e adotam práticas sustentáveis ou de apoio a projetos sócio culturais (Reis et al., 2016). Nesse contexto, uma eficaz gestão tributária se faz de grande importância para auxiliar essas empresas a se manterem competitivas, seja por meio da criação de métodos voltados para a responsabilidade fiscal ou o desenvolvimento de práticas lícitas que minimizem sua carga tributária (Iudícibus; Pohlmann, 2008).

Dentro desse contexto, surgiu a necessidade de o Fisco modernizar a forma que as informações contábeis eram repassadas pelos contribuintes, a fim de prevenir a ocorrência de erros, acelerar o assessoramento das informações e identificar práticas proibidas por lei. A utilização de sistemas de escrituração contábil computadorizados revolucionou o cumprimento das obrigações exigidas pela fazenda nacional, auxiliando a fiscalização por meio do cruzamento de dados e uniformização de informações (Rocha; Carvalho, 2012).

Em conformidade a esse novo cenário, o Governo Federal implantou o Decreto 6.022/07 que estabelece o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) (BRASIL, 2007). Atendendo as três esferas governamentais – federal, estadual e municipal – a ferramenta proporciona a sistematização do cumprimento das obrigações acessórias possibilitando a elaboração de informações mais claras e padronizadas, um avanço que vem se destacando e reconfigurando as práticas contábeis atualmente (Silva; Gomes, 2021).

Conforme o Art. 2º do Decreto nº 6.022/07: “O SPED é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.” (BRASIL, 2007). Dessa forma, com a inserção de processos embasados em sistemas de informações integrados, o projeto moderniza a administração tributária e aduaneira por meio da tecnologia da informação e aplicação de infraestrutura e logística adequada (Monteiro, 2011).

No entanto, em estudos anteriores como os de: Rocha e Carvalho (2012), Caon e Nascimento (2017), Assunção (2018) e Santos (2019), foi verificado que alunos/profissionais possuem baixo conhecimento sobre os 12 módulos disponíveis no SPED, além de não se sentirem totalmente preparados para atuar no mercado de trabalho com a ferramenta.

Diante desse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo geral analisar o grau de conhecimento dos egressos e concluintes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) campus Caicó sobre a ferramenta SPED.

Os objetivos específicos da pesquisa foram definidos da seguinte forma: (1) Identificar o perfil dos participantes; (2) coletar e apresentar, na percepção dos concluintes e ex-alunos, os seus conhecimentos tributários e sobre a ferramenta SPED; e (3) avaliar, na visão dos respondentes, seu conhecimento e o preparo adquiridos ao longo do curso para atuar com a ferramenta no mercado de trabalho.

Dessa forma, este estudo espera contribuir para a comunidade acadêmica evidenciando a percepção do conhecimento dos discentes e egressos do curso de Ciências Contábeis no que diz respeito a compreensão do SPED e seus principais módulos. É importante para a instituição e professores que planejam a grade curricular, ter acesso a esse tipo de feedback,

uma vez que a ferramenta é o canal exclusivo de comunicação entre as empresas e o governo, e será usada diariamente entre os profissionais recém formados. Com isso, este trabalho enriquece as contribuições de Rocha e Carvalho (2012), Caon e Nascimento (2017), Assunção (2018), Santos (2019) e Ladeira (2021), ao evidenciar a importância do entendimento, por parte de alunos e profissionais da área contábil, sobre a ferramenta.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

A inserção da tecnologia na sociedade vem facilitando desde tarefas simples até as mais complexas, proporcionando maior robustez e confiabilidade nas informações geradas. Tenório (2007) afirma que a globalização econômica juntamente com o desenvolvimento tecnológico proporciona maior rapidez e complexibilidade aos negócios empresariais, gerando alto grau de relevância para as informações desses empreendimentos e, com isso, maior comprometimento ao prestar serviços de qualidade e manter preços competitivos.

Nesse contexto de inovação tecnológica, as estruturas governamentais brasileiras obtiveram benefícios significativos com a utilização da tecnologia da informação e comunicação (TICs). Os órgãos de controle do governo implementaram mecanismos que permitiram um maior e melhor monitoramento sobre as empresas. Com isso, passaram a ter um controle mais efetivo sobre as operações mercantis, apurações de impostos e prestação de contas, obtendo melhor apuração fiscal e maior qualidade das informações repassadas pelas entidades (Luciano; Silva; Peres, 2019).

A utilização de novas ferramentas que auxiliam as administrações públicas com o intuito de melhorar a prestação de serviços para a sociedade, foram convencionalmente chamados de governo eletrônico ou e-governo (Sebold; Pioner, 2012). O conceito de e-governo se apresenta como uma ferramenta inovadora, devido a praticidade que essas novas tecnologias possibilitam para a sociedade. Atendimentos on-line a pessoas físicas e jurídicas, agilidade em processos e maior transparência da gestão pública são alguns exemplos de melhorias na qualidade e eficácia dos serviços prestados (Ferreira; Araújo, 2000).

A contabilidade, por estar inserida em um ramo que apresenta constantes mudanças devido sua ligação com alterações de ordem fiscal e tributária, não fica de fora destas novas evoluções, adaptando-se e utilizando-as para seu próprio benefício e desenvolvimento (Luciano; Silva; Peres, 2019). Além disso, a contabilidade é considerada fonte primária de informações sobre todas as atividades organizacionais, portanto, compete ao profissional contábil saber utilizar e extrair ao máximo da tecnologia da informação (TI) em prol de escolhas mais assertivas (Gomes; Silva; Lima Filho, 2014).

Logo, para atender as obrigações acessórias, é primordial a contínua adequação dos contadores. Nesse cenário, se torna fundamental que as organizações invistam em capacitação e em sistemas integrados, proporcionando maior agilidade nos processos e aprimoramento das informações geradas (Paula et al., 2015). Junto com os avanços tecnológicos também surgiu a necessidade de melhorar o controle e fiscalização das empresas, dessa forma, para que este monitoramento fosse ampliado, concebeu-se o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que além de contribuir na fiscalização, auxilia na prevenção de erros e/ou crimes tributários (Martins et al., 2018)

2.2 SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL - SPED

Em janeiro de 2007 o Governo Federal instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) através do decreto nº 6.022 (BRASIL, 2007). O SPED representa a modernização do cumprimento das obrigações acessórias tornando informatizada a relação

ente o fisco e os contribuintes, na qual, é possível que seja transmitido em tempo real, dados com garantia de autenticidade e validade jurídica (SILVA et al., 2014).

O SPED faz uso da certificação digital para fins de assinatura e bloqueio de conteúdo dos documentos eletrônicos, assegurando a validade jurídica destes registros. Segundo Young (2009), os objetivos do SPED destacam-se na: busca pela redução de despesas ao dispensar o uso de papel; racionalização e simplificação das obrigações acessórias; uniformização das informações prestadas aos entes federativos; redução de tempo e fraudes; simplificação nos procedimentos; e, principalmente, o fortalecimento do controle e fiscalização das informações por meio do cruzamento de dados.

Os submódulos que compõem o SPED são divididos em 12, e serão discutidos a seguir (Quadro 1):

Quadro 1 - Módulos do SPED

Módulo	Caracterização
CT-e: Conhecimento de Transporte eletrônico	Documento fiscal eletrônico que tem por objetivo documentar uma prestação de serviços de transportes.
ECD: Escrituração Contábil Digital	Documento responsável pela substituição da escrituração em papel pela versão digital dos seguintes livros: Livro Diário e seus auxiliares (se houver); Livro Razão e seus auxiliares (se houver); Livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	Responsável pela substituição da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), a qual foi extinta a partir do ano calendário 2014, a ECF obriga seu preenchimento a todas as pessoas jurídicas, inclusive imunes e isentas, sejam elas tributadas pelo lucro real, lucro arbitrado ou lucro presumido.
EFD-Contribuições	Arquivo digital utilizado pelas pessoas jurídicas de direito privado na escrituração da contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, nos regimes de apuração não-cumulativo e/ou cumulativo, com base no conjunto de documentos e operações representativos das recitas auferidas, bem como dos custos, despesas, encargos e aquisições geradores de créditos da não-cumulatividade.
EFD-ICMS/IPI: Escrituração Digital Fiscal	Arquivo digital que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos Fiscos das unidades federativas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como de registros de apuração de impostos referentes às operações e prestações

	praticadas pelo contribuinte.
EFD-Reinf: Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais	Utilizado por pessoas físicas e jurídicas em complemento ao Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (e-Social). O objetivo da EFD-Reinf é a escrituração de rendimentos pagos e retenções de imposto de Renda, Contribuição Social do contribuinte, exceto aquelas relacionadas ao trabalho e informações sobre a receita bruta para a apuração das contribuições previdenciárias. Substituirá o módulo de EFD-Contribuições que apura a Contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB).
e-Financeira	Conjunto de arquivos digitais referentes a cadastro, abertura, fechamento e auxiliares, e pelo módulo de operações financeiras.
e-Social: Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas	Sistema de unificação das informações relativas aos trabalhadores, como vínculos, contribuições previdenciárias, folha de pagamento, comunicação de acidente de trabalho, aviso prévio, escriturações fiscais e informações sobre o FGTS.
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	Documento emitido e armazenado eletronicamente, de existência apenas digital, para vincular os documentos fiscais transportados na unidade de carga utilizada.
NFC-e: Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica	Documento emitido e armazenado eletronicamente com o objetivo de documentar as operações comerciais de venda presencial ou entrega em domicílio, ao consumidor final, em operação interna e sem geração de crédito de ICMS ao adquirente.
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	Desenvolvido de forma integrada pelas Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal do Brasil, o intuito da NF-e é substituir as notas fiscais de papéis por documentos eletrônicos, atendendo às necessidades do Fisco e dos contribuintes.
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	Documento de existência digital, gerado e armazenado eletronicamente pela Receita Federal do Brasil, pela prefeitura ou por outra entidade conveniada,

	para documentar operações de prestação de serviços.
--	---

Fonte: Adaptado (ministério da fazenda, 2009)

2.3 ESTUDOS ANTERIORES

Através de um levantamento bibliográfico sobre a temática foram elencados alguns trabalhos relacionados que discutem sobre a ferramenta SPED e seus subprojetos. Nessa seção serão apresentados um breve panorama a respeito do assunto.

O estudo de Rocha e Carvalho (2012) verificou a percepção dos formandos do Centro Universitário Municipal de São José (USJ) e da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na grande Florianópolis sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). O resultado do estudo demonstrou que apenas 11% dos acadêmicos afirmaram ter algum conhecimento sobre o SPED, sendo que 46% afirmaram conhecer somente alguns projetos.

Em uma instituição de ensino superior comunitária no Oeste de Santa Catarina, Caon e Nascimento (2017) buscaram analisar a percepção dos discentes sobre as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias do SPED. Como resultado do estudo, observou-se uma preocupação por parte dos alunos quanto a complexibilidade do assunto além do despreparo/dificuldade das organizações em utilizar a ferramenta.

A pesquisa realizada por Assunção (2018) objetivou verificar a percepção dos alunos da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) a respeito de seus conhecimentos sobre o SPED. Após a análise dos dados, concluiu-se que os alunos se sentem despreparados para atuar no mercado de trabalho pelo fato do baixo conhecimento sobre a ferramenta e seus subprojetos.

Já na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Santos (2019) apurou a percepção dos alunos a cerca do SPED e e-Social. Os resultados evidenciaram deficiência quanto ao conhecimento dos discentes a respeito da ferramenta e o despreparo para sua utilização, mesmo que a maioria já exerça atividades profissionais e contábeis, os entrevistados não se sentiram preparados para a utilização do sistema.

A pesquisa conduzida por Ladeira (2021) teve como objetivo identificar a percepção dos alunos do curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) quanto aos seus conhecimentos sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e seus respectivos módulos. Os resultados da pesquisa apontaram que em geral, os níveis de conhecimento sobre a ferramenta são baixos, entretanto, quando se analisa módulos específicos, é possível observar um maior domínio entre os sistemas de notas fiscais e o e-Social.

3. METODOLOGIA

Visando alcançar o objetivo geral de analisar o grau de conhecimento dos egressos e concluintes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) campus Caicó sobre a ferramenta SPED. O estudo classifica-se como descritivo. Segundo Gil (2008, p. 28) “as pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

O problema será abordado tanto de maneira qualitativa, tendo em vista o uso da análise descritiva como ferramenta de análise. Nesta análise, serão analisadas as respostas e calculados percentuais em cada bloco do questionário. Quanto aos procedimentos, a pesquisa pode ser considerada como de levantamento (Vergara, 1999), pois foi realizada a aplicação de

questionário em uma amostra de alunos e ex-alunos do curso de ciências contábeis da UFRN utilizando o aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google, o *Google Forms*.

O questionário utilizado no estudo foi composto por 20 questões, organizadas em dois blocos principais. O primeiro bloco destinou-se à coleta de informações pessoais dos participantes e à identificação de sua atuação profissional. Já o segundo bloco teve como objetivo avaliar o conhecimento e a preparação dos alunos para o uso da ferramenta SPED no mercado de trabalho. As questões foram elaboradas em diferentes formatos, incluindo questões objetivas, e escala *Likert* de avaliação de 1 a 5, que buscava verificar o grau de conhecimento dos discentes concluintes e profissionais egressos.

A amostra incluiu discentes do 8º e 10º períodos, ou seja, graduandos que cursam os últimos semestres do curso; além de alunos não bloqueados, aqueles que não estão vinculados a um período definido, mas já possuíam o cumprimento 80% ou mais da carga horária do curso. Em complemento, a amostra também conteve egressos da UFRN que concluíram o curso em um lapso temporal de até três anos.

A amostra final conteve 5 respondentes, sendo 18 egressos que concluíram o curso nos últimos 3 anos, e 35 alunos que estavam próximos da conclusão do curso. A seleção dos três anos finais se justifica por estes discentes já terem concluído as disciplinas de Contabilidade Societária, Práticas Contábeis, Contabilidade Tributária e Planejamento Contábil e Tributário. Antes da aplicação definitiva, o questionário foi submetido a um pré-teste com a participação de dois discentes e um egresso da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a fim de assegurar sua clareza, adequação e compreensibilidade das questões evidenciadas.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

Esta seção tem como objetivo expor os dados coletados por meio do questionário encaminhado aos egressos e discentes do curso de Ciências Contábeis da UFRN.

4.1 PERFIL DOS RESPONDENTES

A aplicação do questionário reuniu 53 respostas válidas. Esses dados foram analisados e organizados de acordo com os objetivos propostos na pesquisa. A tabela 1 apresenta a caracterização da amostra, destacando a faixa etária e o gênero dos respondentes.

Tabela 1 – Perfil dos respondentes

Perfil dos respondentes				
Faixa etária	Gênero			Total
	Feminino	Masculino	Outro	
De 17 a 24 anos	8	16	1	25
Entre 25 e 30 anos	11	6	0	17
Acima de 30 anos	7	4	0	11

Fonte: Autoria própria

A distribuição entre alunos do gênero masculino e feminino foi igualitária, com 26 respostas cada grupo, correspondendo a 49% da amostra, cada um. Um aluno identificado com o gênero "outro" representou cerca de 1,8% da população. Entre os respondentes, a maior parte, 47,1%, têm até 24 anos de idade, seguido de outros 32% que estão na faixa etária de 25 a 30 anos. Alunos acima dos 30 anos correspondem cerca 20,7% da amostra.

Tabela 2 – Vínculo Acadêmico dos participantes

Distribuição entre Discentes x Egressos	
Formação	nº
Discente	35
Egresso	18

Fonte: Autoria própria

Quanto ao vínculo acadêmico (Tabela 2), 66% dos respondentes são discentes com matrícula ativa na universidade, enquanto 34% são egressos que concluíram o curso há pelo menos três anos. A tabela 3 apresenta a atuação profissional e o período acadêmico em que os alunos se encontram.

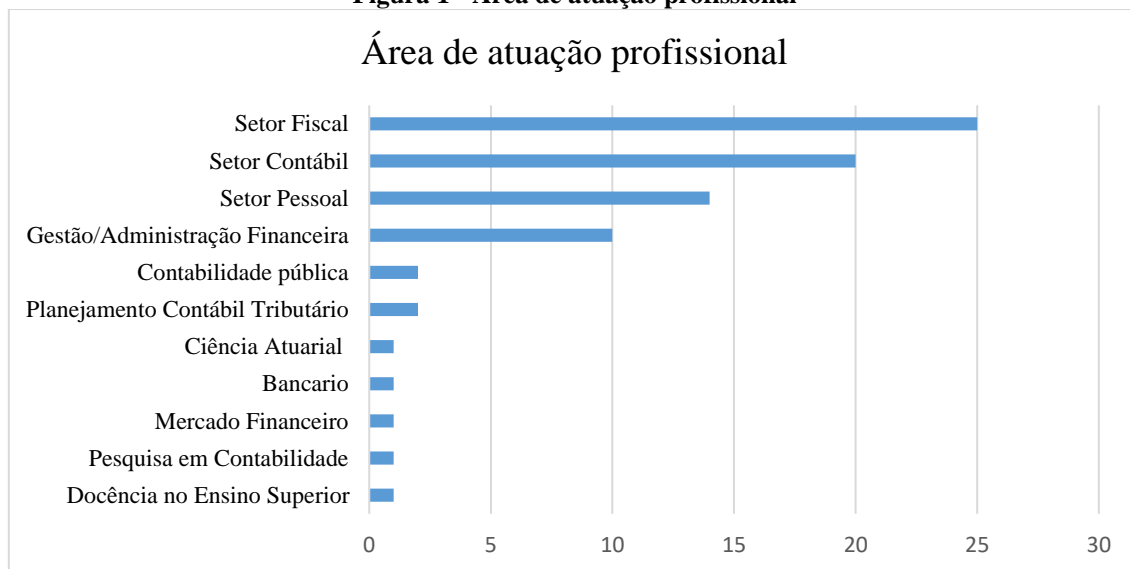
Tabela 3 - Atuação profissional e período acadêmico que está sendo cursado

Atuação profissional	Período que está cursando							Total	%
	8º período	9º período	10º período	Acima do 10 período	Concluí a 01 ano	Concluí a 02 anos	Concluí a 03 anos		
Nunca trabalhei/estagiei	5	1	2	1	-	-	-	9	16,9%
Somente estagiei, nunca trabalhei, mas não estou estagiando agora	-	1	2	2	1	1	-	7	13,2%
Somente estagiei e estou estagiando Agora	1	-	1	1	-	-	-	3	5,6%
Já trabalhei, mas não estou trabalhando Agora	-	-	-	-	3	-	-	3	5,6%
Atualmente estou trabalhando na área	-	1	15	2	7	2	4	31	58,4%
Total	6	3	20	6	11	3	4	53	

Fonte: Autoria própria

Conforme a Tabela 3, a maioria dos alunos na amostra está cursando o décimo período, totalizando 20 estudantes, seguidos por 11 egressos que concluíram o curso há um ano. Observou-se que 58,4% dos respondentes atualmente estão trabalhando na área e 13,2% somente participaram de estágio, nunca trabalharam e não estão estagiando atualmente. Entre os alunos que nunca trabalharam ou estagiaram, a amostra aponta um percentual de 16,9%.

Figura 1 - Área de atuação profissional



Fonte: Autoria própria

Foram levantadas as áreas de atuação dos alunos que já trabalharam ou ainda atuam na área contábil (Figura 1). Os dados indicaram que a maior parte da amostra está concentrada no Setor Fiscal, representando 56,8% do total, seguido pelo Setor Contábil com 45,5%. O Setor Pessoal apresentou 31,8%, Contabilidade Gerencial e Gestão/Administração Financeira também se destacaram ambas com 22,7%. Além disso, os participantes também mencionaram outras áreas de atuação, como Contabilidade Pública e Planejamento Tributário, cada uma representando 4,5% das respostas. Outras opções citadas, com 2,3% cada, incluem Ciência Atuarial, Bancária, Mercado Financeiro, Pesquisa em Contabilidade e Docência no Ensino Superior. É importante destacar que os participantes podiam selecionar mais de uma opção por resposta.

Ainda nesta etapa de caracterização dos participantes da pesquisa, verificou-se que 68,9% trabalham ou já trabalharam em empresas prestadoras de serviços contábeis (escritório contábil). Micro ou pequena empresa (26,7%) e Empresa Júnior (17,8%) também se destacaram como locais de experiência profissional. Além disso, 11,1% dos participantes indicaram ter atuado como Autônomos na prestação de serviços contábeis. Outros 8,9% mencionaram experiência em consultorias ligadas à área contábil, atuação em Empresas de grande ou médio porte, bem como em estatais, fundações ou ONGs. Também foram registradas atividades em empresas de médio porte (4,4%), seguidas por instituições de ensino (Docência), MEIs e prefeituras, todas mencionadas por 2,2% dos respondentes. Nesta seção os participantes também poderiam selecionar mais de uma opção por resposta.

4.2 CONHECIMENTOS SOBRE O SPED

Essa etapa da pesquisa teve como objetivo avaliar o nível de conhecimento que os alunos acreditam possuir sobre Tributação e o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Inicialmente, identificou-se quais disciplinas cursadas pelos participantes abordaram conteúdos relacionados ao sistema. A disciplina “Prática Contábil” foi a mais citada, correspondendo a 35% das respostas, seguida por “Contabilidade Tributária”, com 29%, e “Planejamento Contábil Tributário”, com 12%. Outras disciplinas, como Direito Tributário, Auditoria, Contabilidade Básica II e Contabilidade Intermediária, foram mencionadas por 6% dos participantes, cada uma.

Quanto ao conhecimento dos alunos sobre o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), apenas 15,1% declararam não conhecer a ferramenta nem sua finalidade. Por outro lado, para aqueles que afirmaram ter conhecimento sobre ela, foi questionado de onde haviam adquirido essas informações. Entre os entrevistados, 64,6% indicaram ter aprendido sobre o SPED no mercado de trabalho, enquanto 27,1% relataram ter adquirido esse conhecimento na faculdade. Aproximadamente 4,2% mencionaram ter obtido informações sobre a ferramenta por meio de revistas, sites ou postagens na internet.

No que tange aos meios utilizados para adquirir mais conhecimentos sobre o SPED, foram apresentadas algumas opções nas quais os participantes poderiam marcar mais de uma vez. Dentre eles, 84,9% indicaram utilizar a internet para obter esclarecimentos mais detalhados sobre a ferramenta. Por outro lado, 13,2% dos participantes afirmaram buscar aperfeiçoamento por meio de congressos e seminários, enquanto 7,5% mencionaram cursos oferecidos pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC) como alternativa. Apenas 28,3% relataram ter participado de algum treinamento ou capacitação relacionada ao SPED.

As tabelas 4 e 5 apresentam os doze módulos do SPED, organizando as respostas dos alunos em quatro grupos distintos: (1) Desconheço totalmente; (2) Conheço parcialmente; (3) Conheço totalmente; e (4) Não consigo responder. Sendo a Tabela 4 relacionada ao conhecimento dos discentes e a Tabela 5 associada aos egressos.

Tabela 4 - Conhecimento dos discentes sobre os módulos do SPED

Módulos do SPED	Desconheço totalmente	Conheço parcialmente	Conheço totalmente	Não consigo responder
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	20,0%	28,5%	51,4%	0,0%
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	20,0%	31,4%	42,8%	5,7%
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica	20,0%	31,4%	48,5%	0,0%
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico	34,2%	40,0%	22,8%	2,8%
ECD: Escrituração Contábil Digital	34,2%	48,5%	8,5%	8,5%
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	34,2%	54,2%	8,5%	2,8%
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições	51,4%	34,2%	11,4%	2,8%
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI	42,8%	40,0%	14,2%	2,8%
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída	48,5%	40,0%	8,5%	2,8%
e-Financeira	57,1%	37,1%	2,8%	2,8%
e-Social	20,0%	45,7%	31,4%	2,8%
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	40,0%	25,7%	31,4%	2,8%

Fonte: Autoria própria

Conforme a Tabela 4, o módulo do SPED em que os alunos indicaram possuir maior domínio foi a NF-e (Nota Fiscal Eletrônica), com 51,9% declarando conhecimento total e outros 28,5% indicando conhecimento parcial. De forma semelhante, a NFC-e (Nota Fiscal do

Consumidor Eletrônica) também se destacou, com 48,5% dos discentes relatando conhecimento total e 31,4% mencionando conhecimento parcial da ferramenta.

De maneira semelhante, a Tabela 5 destaca os módulos do SPED nos quais os egressos relataram possuir conhecimento. A NF-e lidera, com 50% dos respondentes afirmando domínio completo de sua utilização. Em seguida, aparecem os módulos NFC-e, NFS-e (Nota Fiscal de Serviços Eletrônica) e EFD ICMS IPI (Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI), cada um correspondendo a 44,4% das respostas.

Tabela 5 - Conhecimento dos egressos sobre os módulos do SPED

Módulos do SPED	Desconheço totalmente	Conheço parcialmente	Conheço totalmente	Não consigo responder
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	0,0%	38,8%	50,0%	11,1%
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	5,6%	38,8%	44,4%	11,1%
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica	5,6%	38,8%	44,4%	11,1%
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico	33,3%	33,3%	27,8%	5,6%
ECD: Escrituração Contábil Digital	16,6%	44,4%	27,8%	11,1%
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	16,6%	44,4%	27,8%	11,1%
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições	22,2%	27,8%	38,8%	11,1%
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI	16,6%	27,7%	44,4%	11,1%
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída	33,3%	27,8%	27,8%	11,1%
e-Financeira	44,4%	38,8%	5,6%	11,1%
e-Social	16,6%	44,4%	22,2%	16,6%
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	27,8%	44,4%	22,2%	5,6%

Fonte: Autoria própria

Nesse contexto, determinados aspectos chamaram a atenção, especialmente em relação ao domínio de escriturações fundamentais para os setores contábeis, como a ECD (Escrituração Contábil Digital), ECF (Escrituração Contábil Fiscal) e o e-Social. Esses módulos apresentaram índices consideráveis de "Conhecimento Parcial" entre discentes e egressos, indicando uma lacuna relevante no domínio dessas ferramentas. Segundo a Receita Federal do Brasil (RFB), o SPED – ECD e ECF foi implementado com o objetivo principal de reduzir os ilícitos tributários, enquanto o e-Social visa à coleta e ao cruzamento de dados por meio de transmissão eletrônica.

Diante disso, o baixo nível de clareza apresentado pelos respondentes é motivo de preocupação, visto que, o profissional de contabilidade carrega consigo responsabilidades éticas e sociais, devendo, portanto, possuir pleno conhecimento dessas áreas e buscar o aperfeiçoamento e a atualização em relação às novas legislações, mantendo sempre uma postura ética e comprometida nos serviços prestados (Lira; Gomes; Musial, 2021).

Outro módulo que demonstrou baixo nível de conhecimento entre os participantes da pesquisa foi o e-Financeira, com 57,1% dos discentes e 44,4% dos egressos afirmando desconhecimento completo do sistema. Isso pode ser explicado pelo fato de que a ferramenta é utilizada por pessoas jurídicas que se enquadram no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.571/2015 (BRASIL, 2025), o que diverge de boa parte do perfil dos contadores da região, incluindo os entrevistados. Um outro módulo que apresentou baixo índice de conhecimento entre os participantes foi a EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais).

Apenas 8,5% dos discentes e 27,8% dos egressos declararam ter pleno domínio sobre sua utilização. Esse dado pode refletir a falta de familiaridade com o sistema e-Social, considerando que a EFD-Reinf funciona como um complemento para a transmissão de informações relacionadas a rendimentos pagos, retenções de imposto de renda e contribuições sociais (BRASIL, 2025).

O módulo sobre o EFD Contribuições (Escrituração Fiscal Digital das Contribuições) também apresentou baixo nível de familiaridade entre os alunos, com 41,5%, se tornando um dado preocupante que revela o nível de conhecimento do sistema por parte dos discentes, corroborando com o estudo de Ribeiro *et. al.* (2021), que analisou o baixo nível de conhecimento do sistema tributário brasileiro por parte de discentes do curso de Ciências Contábeis.

O MDF-e (Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais), apresentou conhecimento completo por 31,4% dos discentes e 22,2% entre os egressos. O CT-e (Conhecimento de Transporte Eletrônico), também obteve baixo nível de conhecimento entre os participantes, apenas 22,8% dos discentes e 27,8% dos egressos indicaram conhecimento sobre a ferramenta. Esses dados possuem implicações importantes, Santos (2015) destacou em seu estudo que, no Brasil, praticamente todas as transações comerciais são obrigatoriamente registradas por meio de documentos fiscais digitais padronizados. Essas informações são armazenadas, gerenciadas e atualizadas pelos estados e pela RFB, tornando fundamental que os discentes compreendam a relevância e a utilização desse sistema.

Quando questionados sobre a experiência profissional ou de estágio com algum dos módulos do SPED, 58,5% dos respondentes indicaram já ter tido contato com a ferramenta. Dentre eles, 56,8% mencionaram ter trabalhado com os módulos de notas fiscais (NF-e, NFS-e, NFC-e), 40,5% com o EFD ICMS IPI e 37,8% com o e-Social.

Concluindo a análise descritiva do estudo, a Tabela 6 ilustra a percepção dos alunos quanto à sua preparação para atuarem no mercado de trabalho com os módulos do SPED. Dessa forma, os módulos foram avaliados com base em quatro tipos de opções: (1) Totalmente despreparado; (2) Parcialmente preparado; (3) Totalmente preparado; e (4) Não consigo responder.

Tabela 6 - Preparação para atuar no mercado de trabalho com os módulos do SPED

Módulos do SPED	Totalmente Despreparado	Parcialmente Preparado	Totalmente Preparado	Não consigo responder
NF-e: Nota Fiscal Eletrônica	22,6%	41,5%	28,3%	7,5%
NFS-e: Nota Fiscal de Serviços Eletrônica	26,4%	35,8%	28,3%	9,4%
NFC-e: Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica	24,5%	37,7%	28,3%	9,4%
CT-e: Conhecimento de Transporte Eletrônico	45,3%	24,5%	18,9%	11,3%
ECD: Escrituração Contábil Digital	49,1%	34,0%	5,7%	11,3%
ECF: Escrituração Contábil Fiscal	50,9%	30,2%	5,7%	13,2%
EFD Contribuições: Escrituração Fiscal Digital Contribuições	49,1%	30,2%	11,3%	9,4%
EFD ICMS IPI: Escrituração Fiscal Digital ICMS IPI	47,2%	30,2%	c	9,4%
EFD Reinf: Escrituração Fiscal Digital das Retenções e Informações da Contribuição Previdenciária Substituída	56,6%	26,4%	5,7%	11,3%
e-Financeira	58,5%	28,3%	1,9%	11,3%
e-Social	41,5%	34,0%	18,9%	5,7%
MDF-e: Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais	54,7%	20,8%	17,0%	7,5%

Fonte: Autoria própria

Ainda de acordo com a Tabela 6, a menor parte dos estudantes e egressos da amostra declararam sentir-se completamente preparados para atuar no mercado de trabalho. Os módulos NF-e, NFS-e e NFC-e foram identificados com o maior percentual dos respondentes (28,3%) que afirmaram estar totalmente preparados, enquanto 41,5%, 35,8% e 37,7% respectivamente, relataram sentir-se parcialmente preparados para utilizar os referidos módulos.

Novamente, os módulos e-Financeira e EFD Reinf se destacaram como aqueles em que os participantes demonstraram os menores níveis de preparo. O módulo e-Financeira foi apontado como Total Despreparo por 58,5% dos respondentes, enquanto o EFD Reinf recebeu 56,6% das respostas indicando completa falta de habilidade para o uso da ferramenta. O módulo e-Social também se destacou entre aqueles em que os membros da pesquisa demonstraram baixa aptidão, com apenas 18,9% apresentando domínio sobre sua utilização. Em seguida, o módulo EFD ICMS IPI teve um percentual ainda menor, com apenas 13,2% dos estudantes demonstrando confiança e domínio.

4.3. DISCUSSÃO

De maneira geral, os resultados desta pesquisa evidenciam que muitos alunos acumulam experiências em diversas áreas da contabilidade, seja por meio de estágios ou em atividades profissionais regulares. No entanto, quando se trata especificamente da ferramenta SPED, verificou-se que apenas uma pequena parcela dos alunos domina todos os subprojetos associados a ela. Ademais, a maioria dos respondentes demonstraram não estar preparados para atuar com os referidos módulos do sistema.

Os achados deste estudo corroboram com os de Ladeira (2021), que também examinou o conhecimento dos estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre o SPED. Embora tenha sido identificado que alguns alunos possuem familiaridade com certos módulos da ferramenta, prevalece entre eles um baixo entendimento geral sobre o tema. Além disso,

outro ponto relevante destacado foi que uma parcela significativa dos alunos se considera totalmente despreparada para trabalhar com os módulos do SPED no contexto profissional.

Na mesma perspectiva, o trabalho de Santos (2019), revelou que, em linhas gerais, boa parte dos participantes da pesquisa (concluintes do curso de ciências contábeis da Universidade Federal de Uberlândia) possuem experiência profissional na área contábil, no entanto, a maioria não se sente completamente apta para utilizar as ferramentas SPED e e-Social no mercado.

Outros resultados apresentados por Ladeira (2021) mostram alinhamento com os achados desta pesquisa, especialmente no que diz respeito ao conhecimento dos alunos sobre os módulos relacionados às Notas Fiscais, em que a maioria afirmou ter pleno domínio desses sistemas em ambos os estudos. Por outro lado, os módulos e-Social e EFD ICMS IPI destacaram-se pelo baixo nível de proficiência dos estudantes em sua utilização.

A presente pesquisa também revelou que somente 28,3% dos discentes afirmaram ter participado de algum treinamento envolvendo o SPED, e apenas 35,8% cursaram disciplinas que abarcavam o tema no período da faculdade. Esses dados estão em consonância com os achados de Ladeira (2021) e Assunção (2018). Ladeira (2021) constatou que somente 15,2% dos estudantes adquiriram conhecimento sobre o SPED por meio da universidade, enquanto Assunção identificou que apenas 2,2% dos discentes haviam participado de treinamentos ou cursos de capacitação sobre a ferramenta.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral analisar o grau de conhecimento dos egressos e concluintes do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) campus Caicó sobre a ferramenta SPED. Os resultados demonstraram que, embora uma parcela expressiva dos participantes possua experiência prática na área contábil, há uma lacuna considerável no domínio técnico e na preparação para o uso dos módulos do SPED no mercado de trabalho.

Os módulos relacionados às Notas Fiscais Eletrônicas (NF-e, NFC-e e NFS-e) destacaram-se como os mais conhecidos pelos respondentes, com uma média de 47,5%, seguido pelos egressos com uma média de 46,2%, o que pode ser atribuído à sua presença significativa nas práticas cotidianas da contabilidade. Entretanto, módulos como o e-Financeira, EFD Reinf e EFD ICMS IPI emergiram como os principais pontos críticos, com elevados índices de desconhecimento total ou despreparo.

Adicionalmente, nota-se que os egressos possuem um nível superior de conhecimento sobre os módulos do SPED que os graduandos, demonstrando que a saída da universidade, mesmo em um curto espaço de tempo, pode complementar o conhecimento dos profissionais em um nível prático. Entretanto, percebe-se um elevado grau de despreparo dos profissionais nos diversos módulos do SPED, sinalizando uma limitação de abordagem desses conteúdos para os profissionais recém formados e para aqueles prestes a concluir o curso.

Os resultados da pesquisa sinalizam uma carência de preparação dos discentes no que se refere aos módulos do SPED, apesar dos discentes citarem que conheceram os módulos em disciplinas, como: prática contábil, planejamento contábil e tributário e contabilidade tributária, nota-se um elevando grau de desconhecimento e despreparo em todos os módulos. Tal comportamento representa um fator crítico, pois apesar da vastidão de conhecimentos necessários para o profissional contábil, os módulos do SPED representam uma importante oportunidade de ingressar e se diferenciar no mercado de trabalho.

Conhecer os módulos do SPED é fundamental para os contadores que estão adentrando no mercado, principalmente aqueles que possuem foco em empreendimentos

contábeis, afinal, todo o processo burocrático de contabilização e análises fiscais e trabalhistas são desenvolvidas em ferramentas do SPED. Assim, o presente estudo representa uma sinalização para a respectiva universidade, e para todas as demais, para que possam verificar se suas grades curriculares estão convergindo com as demandas do mercado.

Desse modo, o presente estudo, contribui para a literatura acadêmica por demonstrar o nível de conhecimento dos estudantes e recém formados sobre a ferramenta SPED, sinalizando uma necessidade de aprimoramento das grades curriculares no que tange à perpetuação desta temática. Adicionalmente, destaca-se que os resultados se limitam ao campus de Caicó da UFRN, necessitando assim de estudos posteriores aplicados a outros campi, assim como, outras instituições de ensino.

Como uma limitação para esta pesquisa, cita-se o número de 53 participantes, reconhecendo-se que uma amostra maior poderia gerar resultados mais consistentes. Sugere-se que pesquisas futuras explorem o SPED envolvendo tanto profissionais quanto alunos, permitindo a comparação das percepções desses grupos e utilizando-se ferramentas de análise estatística para inferências mais precisas.

REFERENCIAS

ASSUNÇÃO, A. C. C. **Percepção dos graduandos de ciências contábeis da UFJF/GV sobre o SPED**. 2018. 55f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Governador Valadares, MG, 2018.

BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. Institui o Sistema Público de Escrituração Digital – Sped. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6022.htm> Acesso em: 29 de abr. 2024.

BRASIL. **Governo Federal. EFD-Reinf** – Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/servicos/efd-reinf>. Acesso em: 13 jan. 2025.

BRASIL. **Receita Federal. Sistema Público de Escrituração Digital – SPED**. Manual de Orientação. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/arquivo/show/7443>. Acesso em: 11 jan. 2025.

CAON, A.; NASCIMENTO, S. Percepção dos discentes de ciências contábeis sobre o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciária (eSocial). **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 3-27, jan./abr., 2017.

FERREIRA, S. G.; ARAÚJO, E. A. Modernização da gestão: E-governo – o que ensina a experiência internacional. **Informe SF (Secretaria para Assuntos Fiscais do BNDES)**, n. 17, agosto. Rio de Janeiro, 2000.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, A. C.; SILVA, T. B. J.; LIMA FILHO, R. N. A tecnologia da informação contábil e a sua influência no trabalho individual dos profissionais de contabilidade em Senhor do Bonfim/BA. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 5, n. 9, p. 03-24, 2014.

IUDÍCIBUS, S.; POHLMANN, M. C. Classificação interdisciplinar da pesquisa tributária. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 30-47, 2008.

LADEIRA, F. N., Percepção discente quanto a abordagem e conhecimento do SPED do curso de Ciências Contábeis da UFRJ: desafios para o avanço da contabilidade tributária. 2021. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Faculdade de

Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

LIRA, Thais Alves; GOMES, Francisco Patrik Carvalho; MUSIAL, Nayane Thais Krespi. Habilidades e Competências profissionais exigidas dos contadores: quais os requisitos dos anúncios de emprego?. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 20, p. e3227, 2021.

LUCIANO, J. G.; SILVA, P. C.; PEREZ, C. B. Taxonomia XBRL-SPED: simplificação e auditoria no âmbito do sistema público de escrituração digital (SPED). **Revista Brasileira de Sistemas de Informação**, v. 11, n. 4, p. 63-90, 2018.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal do Brasil. **Sistema Público de Escrituração Digital**. 2009. Disponível em: <http://sped.rfb.gov.br/>. Acesso em: 20 de Jun. 2024.

MONTEIRO, W. S. Sistema público de escrituração digital. **Um novo cenário no ambiente contábil**. 2011. 19 f. ARTIGO (Graduação) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

REIS, L. G.; PAGNI, F.; ANCIOTO, R. G.; OLIVEIRA, M. C. P. Incentivo Fiscal à Cultura: uma análise das divulgações das sociedades anônimas do Sul do Brasil. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, 2016.

ROCHA, S. K.; CARVALHO, F. N. Análise da percepção dos acadêmicos egressos do curso de ciências contábeis das instituições de ensino superior públicas da Grande Florianópolis sobre o Sistema Público de Escrituração Digital. **Revista Catarinense da Ciência Contábil – CRC/SC**, v. 11, n. 31, p. 23-36, dez./mar., 2012.

SANTOS, A. C. S. **Percepção de discentes do curso de ciências contábeis sobre o SPED e o e-Social**. 2019. 24f. Artigo Acadêmico (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2019.

SANTOS, E. M. (2015) Uso De Dados De Documentos Fiscais Eletrônicos Para O Planejamento Do Transporte Urbano De Cargas. 2015. 155 f. **Tese de Doutorado**. Universidade de Brasília, Brasília.

SEBOLD, M.; PIONER, L. **Evolução da contabilidade brasileira: do governo eletrônico ao sistema público de escrituração digital – SPED**, 2000.

SILVA, L. C. et al. Os impactos da nota fiscal eletrônica nas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em Umuarama/PR. **Navus – Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 49-63, jan./jun., 2014.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Tecnologia da informação transformando as organizações e os trabalhos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

VERGARA, S. C. **Métodos e técnicas em administração**. São Paulo: Atlas, 1999.

YOUNG, L. H. B. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. São Paulo: Juruá Editora, 2009.